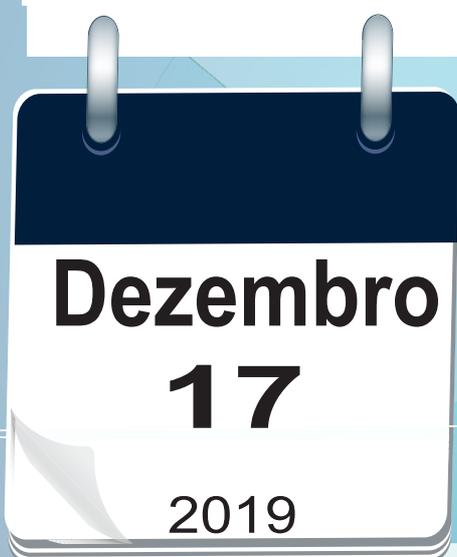
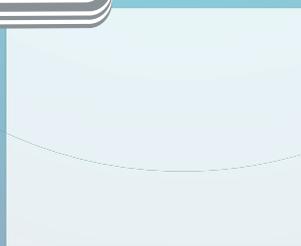


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Estado recua na extinção do Fundo de Arte e Cultura

Anúncio foi feito pelo líder do governo na Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (MDB)

O governo recuou na extinção do Fundo de Arte e Cultura e deve retirá-lo do projeto de lei que extingue 15 fundos especiais da estrutura do Executivo. O anúncio foi feito pelo líder do governo na Assembleia Legislativa, onde a matéria tramita, Bruno Peixoto (MDB), na tarde desta segunda-feira (16), durante sessão extraordinária da Comissão Mista.

Segundo ele, o governador Ronaldo Caiado (DEM), atendeu pedido de deputados da base, que se reuniram com o democrata na manhã de hoje. O projeto, enviado à Casa na semana passada, causou desgaste junto ao setor da Cultura e da Educação, que marcam presença na Assembleia hoje.

Além desse, o governo recuou também, de acordo com Bruno Peixoto, da extinção do Fundo Especial de Esporte e Lazer (Fundo de Esporte), do Fundo Especial de Comunicação (Fecom), do Fundo de Fomento à Mineração (Funmineral) e do Fundo de Financiamento do Banco do Povo.

Porém, lei aprovada em 26 de novembro flexibilizou os repasses para o Fundo de Arte e Cultura, ao inserir um "até" no texto da lei, que destinava 0,5% da receita líquida do Estado para o fundo. A nova redação foi inserida por emenda "jabuti" do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos) em projeto do governo que cria mecanismo para que o Procon Goiás garanta medidas que facilitem o pagamento de multas aplicadas pelo órgão.

A matéria, com a retirada desses seis fundos da lista de extinção, passou ontem por votação na sessão extraordinária da Comissão Mista e foi aprovada.

Além dela, outros projetos do governo tramitam na Casa prevendo o fim de outros fundos. Ao todo, antes da decisão anunciada pelo líder do governo ontem, a previsão, conforme matérias que tramitam na Assembléia, era de encerrar 18 fundos, sendo que a maioria, 15, se concentrava no projeto que passou na Comissão Mista ontem, com as alterações.

Conforme mostrou reportagem do POPULAR de quinta-feira, 12, em sua exposição de motivos para extinção dos fundos, a Secretaria de Economia argumenta que a medida visa atender solicitação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, "que recomendou a avaliação da pertinência da manutenção de diversos fundos estaduais, que não possuem previsão na Constituição Federal ou Estadual".

Outra argumentação do governo é de que a criação de fundos tomou-se prática "na instrumentalização das políticas públicas no Estado, em razão da disponibilidade do Tesouro, resultando na proliferação deste mecanismo". Ainda segundo o despacho, existem 37 fundos com dotação de R\$ 4,5 bilhões autorizada para 2019.



Órgãos públicos não atingem 75% de critérios da transparência, diz TCE-GO

Nielton Soares

Maioria dos órgãos públicos goianos apresentou índices menores que 75% em relação à transparência pública, indicou um estudo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), divulgado nesta segunda-feira (16).

O TCE-GO avaliou os portais de 53 órgãos e entidades públicas de todos os poderes, instituições autônomos, incluindo, o próprio tribunal. O estudo foi realizado entre os meses de abril e setembro deste ano.

A Goiás Telecom, por exemplo, no período o estudo constatou que a empresa nem contava com um portal da transparência. Por outro lado, possuindo portal, a Diretoria Geral de Administração Penitenciária obteve o menor índice, ficando com apenas 25,7% dos itens verificados.

Já as melhores posições no ranking ficaram o TCE-GO, com 78,5%; Ministério Público de Goiás (MP-GO), com 73,1%; a Universidade Estadual de Goiás (UEG), que registrou 72%; a Agência de Fomento de Goiás, obtendo 70,9% e a Secretaria de Estado da Saúde, com 70,2%.

O presidente do TCE-GO, Celmar Rech, acredita que o resultado possa estar melhor, devido a implantação do programa compliance, porém acredita que o estudo pode auxiliar na melhoria dos sistemas. "A partir de agora todos terão oportunidade de se familiarizar mais com a metodologia utilizada e corrigir as falhas detectadas para que, na análise de 2020 tenhamos uma configuração bem diferente da atual", comentou.

O secretário de Controle Externo do tribunal, Vitor Gobato, explicou que o trabalho é pedagógico e tem o intuito de apontar as falhas que precisam ser melhoradas. "A ideia é de que as informações levantadas sirvam de subsídio para orientar e fomentar a transparência o acesso às informações públicas em todo o Estado", destacou.

Em relação à acessibilidade, o tema registrou índice baixo com 54,7%. O estudo constatou que faltam mecanismos nos portais que atendem as pessoas com deficiência. Nesse contexto, a menor taxa, com apenas 1,9%, está relacionada à disponibilidade de informações sobre procedimentos licitatórios, dentro do grupo, apenas o MP-GO atendeu o quesito.

Metodologia

A pesquisa teve como método as diretrizes elaboradas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), baseando-se na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Acesso à Informação (LAI) e nas demais legislações que regulamentam a transparência e controle público no País.

A pontuação classificatória máxima é de 100%, dividido por critérios, considerando os dados essenciais, que equivale a 50%, obrigatórios de 25% e recomendados também 25%. Para se chegar aos resultados, a aplicação da avaliação é feita por meio de filtros por órgão ou entidade.



Escolas mais conectadas

Ações e entregas às instituições estaduais de ensino promovem ambientes escolares mais conectados e tecnológicos
Daniell Alves

As escolas da rede estadual de ensino de Goiás receberam 310 computadores do Estado durante o lançamento do Programa Reformar Goiás, realizado ontem (16). Destes entregues, 100 vão ser destinados aos laboratórios de informática e o restante vai atender alunos de 21 escolas que ofertam vagas pelo programa Pronatec em 16 municípios. A rede estadual de ensino conta com 700 laboratórios de informática distribuídos entre as escolas.

Uma das unidades contempladas com os computadores é o Colégio Estadual Mariquita Costa, de Morrinhos, que receberá 10 equipamentos. A diretora da unidade, Marilene Lúcia Rosa, explica que os estudantes iniciaram as aulas em 2018 e, por causa de necessidades de ajustes e adequação financeira, os cursos só devem ser concluídos entre o final de 2020 e o início de 2021. "Para os alunos é excelente. Eles precisam desse material para trabalhar. É de suma importância para a qualificação deles e para os professores que trabalham nessa área", ressaltou.

kits Banda

Durante a ação, também foram distribuídos 51 kits Banda para unidades educacionais em 28 municípios. Cada kit é composto por quatro trompetes, quatro trombones, uma trompa de marcha, um euphonium, uma tuba, um tenor de marcha, um bumbo de marcha, um colete, um par de pratos e 14 estantes de partitura.

Além disso, foi assinado um termo de parceria entre a Secretaria Estadual de Educação de Goiás e o Instituto Península. O trabalho em conjunto deve garantir a formação de professores em habilidades socioemocionais de mais de 700 escolas de Ensino Fundamental II por meio da plataforma Vivescer.

O programa Reformar (Recurso Estadual de Fomento, Organização, Reforma, Modernização e Adequação da Rede) destinará recursos para manutenção predial e pequenos reparos na estrutura física de 909 unidades educacionais da rede pública estadual. Em Goiás contemplará 1.005 escolas da rede pública estadual com recursos destinados à manutenção predial e pequenos reparos.

Os repasses serão feitos por meio dos Conselhos Escolares, com cada unidade educacional recebendo a verba de acordo com o número de alunos atendidos. Os valores, que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 33 mil, poderão ser utilizados em serviços como pintura do prédio; limpeza de terreno; troca de portas, janelas e fechaduras; substituição de telhados; manutenção de instalações hidráulicas e elétricas; limpeza da caixa d'água, entre outros.

Aluno Ouvidor

Quatro escolas da rede estadual de ensino passarão a contar com o projeto 'Aluno Ouvidor' a partir de 2020. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e o Ministério Público Estadual (MPE) assinaram um termo para implantação do projeto. A iniciativa, articulada pela secretária de Educação, Fátima Gavioli, e a ouvidora do MPE, Orlandina Brito Pereira, visa estimular o controle social na escola, e funcionará nos moldes das ouvidorias dos órgãos públicos.

O objetivo é promover a participação de alunos no encaminhamento de denúncias, reclamações, críticas, pedidos de informações e elogios relacionados às questões da escola. O projeto abrangerá inicialmente unidades de Goiânia e da Região Metropolitana, contemplando ao menos uma escola de tempo integral.

As ações serão implementadas a partir da escolha de aluno ouvidor, que ocorrerá por meio de eleição de candidatos interessados das escolas selecionadas. Poderão se candidatar alunos de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Após eleito, o aluno receberá um treinamento das ouvidorias da Seduc e do MPE, com orientações para o desenvolvimento de suas atividades como ouvidor da unidade escolar.

Combate à corrupção

Além dessa iniciativa, foi firmado também o Termo de Cooperação Técnica entre a Controladoria-Geral do Estado (CGE), o Tribunal de Contas do Estado (TCE), MPE, Ministério Público Federal (MPF) e Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), que destinará à Educação verbas provenientes de ações de combate à corrupção. Os recursos serão aplicados na recuperação da rede física das escolas públicas goianas.

O governador Ronaldo Caiado destacou a importância do respaldo das instituições parceiras. "A presença do Ministério Público Federal é fundamental no apoio que tem dado à Secretaria da Educação para poder repassar o dinheiro que nós estamos apreendendo, fruto de corrupção, retirado e roubado dos cofres públicos", afirmou, ressaltando a necessidade de agilizar as ações que permitam o retorno desses recursos em benefício dos cidadãos.

(Daniell Alves é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rhudy Crysthian)



Secretaria de Segurança Pública é órgão menos transparente do estado, aponta TCE

O Tribunal de Contas do Estado divulgou nesta segunda-feira (16) o Índice da Transparência de Goiás. O estudo avaliou 53 órgãos e entidades públicas, entre abril e setembro deste ano. No Tarde CBN conversamos com o secretário de Controle Externo do TCE, Vitor Gobato, ele disse que a Secretaria de Segurança Pública é órgão menos transparente do estado, em segundo lugar está a Defensoria Pública. Ouça a entrevista!



Fundos de Cultura, de Esporte e de Transporte podem ser mantidos em projeto do Governo

Durante a Comissão Mista, o líder do Governo apresentou voto em separado para manter esses específicos no projeto que prevê redução dos fundos especiais, a partir de recomendação do TCE-GO

Durante a Comissão Mista, realizada nesta segunda-feira, 16, o deputado estadual Bruno Peixoto (MDB), que é líder do Governo na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), apresentou voto em separado para manter os fundos de Arte e Cultura, Esporte e Lazer e de Transportes em projeto que prevê a extinção de 15 fundos do Estado.

Com isso, 12 fundos apenas seriam extintos. A medida visa a atender à recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que pediu que o Governo avaliasse a "pertinência da manutenção de diversos fundos estaduais, que não possuem previsão na Constituição Federal ou Estadual".

"Almeja-se com essa medida reduzir 15 (quinze) fundos especiais, permitindo ao Estado uma melhor estrutura administrativa nas prestações de contas e movimentações orçamentárias e financeiras", diz o texto da Lei.